

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 60
29 de maio de 2010

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Eu vou começar esta aula fazendo alguns comentários a respeito de uma questão enviada, não aqui para a aula, mas para o Fórum, pelo Luiz Augusto Freire da Silva, que também assina como Macambira. Como as observações dele suscitaram muitas discussões no Fórum, e estas discussões são muito propícias para introduzir determinados temas de lógica — que eram justamente os temas que eu gostaria de introduzir hoje — então eu vou tomar esta mensagem dele como mote para esta aula. Ele está se reportando à aula em que descrevi a estrutura do ato sexual e, de passagem, observei que, a rigor, o primeiro ato sexual já configura um casamento, e daí para adiante, o mais, como sendo um puro adultério. Daí, diz ele:

“De fato, os ministros do casamento são os noivos, e a consumação se dá no ato sexual; no entanto, pode haver relação sexual fora do casamento, simplesmente por não haver nenhuma declaração de vontade por parte do casal, e nem mesmo a vontade de convivência permanente e isso me parece algo absolutamente fundamental no casamento, tanto que se o noivo declara que quando contraiu núpcias não entendia bem a natureza do casamento e, conseqüentemente, não teve real vontade de se casar efetivamente, esse matrimônio é tido por nulo, e as relações sexuais do casal são todas, objetivamente, como simples fornicação.”

Aí o que acontece é o seguinte: ele está tomando a definição de casamento — o conceito de casamento tal como está ali registrado na doutrina católica — e está deduzindo a partir dessa definição. Mas deduzir a partir dessa definição não passa de você descobrir espécies dentro de um gênero. Ou seja: você vai deduzir do geral para o particular por um processo que, na verdade, pode ser inteiramente mecanizado. Quer dizer: dado um gênero, você pode discernir as espécies dentro dele mediante simples análise. Assim você nada vai acrescentar ao conceito originário. Este é um modo de raciocínio que nós chamamos estritamente silogístico: em que você pega uma definição e verifica se um determinado exemplo dado se enquadra nesta definição, ou não. Como a definição do casamento, na doutrina católica, pressupõe a declaração expressa da intenção de convivência permanente, então aquilo que não esteja abrangido nisto está evidentemente fora da definição de casamento.

Acontece que analisar um conceito não é a mesma coisa que descrever e analisar uma experiência, um fato, principalmente quando este conceito não se destina a descrever o fenômeno na sua totalidade, mas precisamente uma de suas espécies, tal como foi definida numa certa época histórica pela Igreja Católica. O sexo é um fenômeno permanente no ser humano e permanece mais ou menos igual tão longe quanto você possa remontar na história, de modo que você não encontrará mudanças substantivas nem do instinto sexual nem das relações sexuais. No entanto, a doutrina católica do casamento não surge nem mesmo na fundação do cristianismo, mas ela vai se formando gradativamente. Ela é um fenômeno histórico muito posterior à origem das relações sexuais e, evidentemente, para mim, não faz o menor sentido você analisar um fenômeno a partir de uma doutrina que foi feita sobre ele, justamente, não para defini-lo, mas para limitá-lo e para moldá-lo, numa época muito posterior. Aí, de cara, há um erro de método.

Também quando usei a palavra adultério para descrever o que acontece nas relações sexuais posteriores à primeira, é claro que eu não estava usando esta palavra no sentido específico que tem dentro da religião católica; não faz sentido! Eu estou me referindo a uma espécie de adultério essencial, permanente, que independe da existência de qualquer regulamento a respeito. É a este tipo de adultério essencial que o Cristo se refere quando diz que, se você desejar a mulher do próximo, você já pecou em pensamento. Então não há nenhuma possibilidade de você regrar por um regulamento, uma lei da igreja, o que a pessoa vai fazer em pensamento, ou não. Então é claro que estamos falando de dois planos de realidade completamente distintos.

Quando se formulou a doutrina católica do casamento, deu-se ao adultério um significado muito mais restrito. Por exemplo: você não vai pedir a anulação do seu casamento porque sua mulher desejou em pensamento o marido da vizinha. Isso é absolutamente impossível. E, no entanto, é a esse adultério essencial que Cristo se refere. Assim, não tem sentido analisar a estrutura do ato sexual e, portanto, a estrutura do próprio casamento, a partir da doutrina Cristã. A doutrina cristã é uma dentre inumeráveis leis que regulam o casamento no mundo. Estas leis partem da existência do fenômeno, mas elas não definem e não criam o fenômeno. O fenômeno já existe no próprio reino da natureza e estes regulamentos são feitos para limitá-lo, enquadrá-lo, e criar uma nova forma de convivência social.

O erro de método é não só tomar um conceito, mas tomar um conceito normativo como base para a descrição de um fato. Logicamente isto não faz o menor sentido. Por outro lado, é fato que a descrição da estrutura do ato sexual, tal como eu a fiz, não é um raciocínio lógico, e não é uma dedução lógica, mas uma meditação. Meditação significa aprofundar a consciência que você tem dos elementos de memória relativos a um determinado fato e deixar que os elementos que compõem este fato apareçam e se distingam uns dos outros de maneira mais ou menos espontânea, sem que você force nada. Uma meditação é como se fosse um depoimento que você faz para você mesmo; uma confissão que você faz para você mesmo. E a estrutura do fato dado, que não é criada pelo seu raciocínio lógico, mas pelos próprios elementos que vão aparecendo. Você vê que aparecem uns elementos dentro dos outros; uns ao lado dos outros; uns opostos aos outros, de modo que a estrutura se configura por si mesma, independentemente da sua vontade ou do curso que você dá ao seu raciocínio. Você não pode esquecer que o raciocínio lógico é uma atividade construtiva, em que você está empilhando proposições na base da dependência que umas têm em relação às outras. É como você demonstrar um teorema, ou construir uma figura geométrica, ao passo que a atividade descritiva, a análise da experiência, não chega a ser propriamente uma atividade: ela é quase uma passividade. Você está apenas deixando que a memória traga os elementos tal como eles apareceram na experiência, sem que você interfira na ordem deles. Você está apenas observando e registrando as relações internas que definem o próprio fenômeno. Quer dizer: não é apenas uma atividade memorativa — anárquica e sem forma —; mas ela não tem uma forma lógica, mas a forma do próprio acontecimento. Por exemplo: quando eu digo que comecei da observação de que o ato sexual é um contato, ou seja, um acontecimento mediante o qual um indivíduo rompe o seu isolamento corporal entrando numa relação mais íntima, numa relação sensorial mais íntima, isto aí é a primeira coisa que ocorre na descrição. Os outros elementos vêm dentro deste. À medida que você consegue recordar o que se passa ali, você percebe imediatamente que o contato não se esgota na mera proximidade entre os corpos, mas numa espécie de sincronia de sensações. [00:10] Se não há esta sincronia de sensações o ato não se perfaz.

Ora, no instante em que eu disse que nesse aprofundamento do contato há um ponto em que o ser inteiro de cada uma das pessoas envolvidas entra em contato, é como se dissesse que as almas imortais se contatam ali. Quer você queira, quer não; quer você perceba, quer não, isto está

realmente acontecendo. Não só as almas imortais, mas toda a sequência hereditária que vem desde o começo do mundo. Quer dizer: são duas linhas hereditárias que vêm desde milênios e milênios, que estão ali presentes. As linhas hereditárias estão presentes e as almas imortais, de algum modo, entram em contato. A essa altura, que sentido faz você perguntar sobre o consentimento ou não. Quer dizer: você entrou numa faixa de experiência que não tem mais nada a ver com o tempo, nem com o prosseguimento de sua existência terrestre. Quer dizer que aquele encontro se deu já numa espécie de supratempo. Você veja: quando a Igreja introduz na definição do casamento este elemento que se chama “*o consentimento mútuo*”, ela o faz como um ato de misericórdia, para atenuar a gravidade do envolvimento sexual. Longe de você poder definir este encontro pelo que a Igreja legislou a respeito. Ao contrário: ela legislou limitando a responsabilidade humana. Mas, a rigor, esta responsabilidade está presente no ato mesmo. Quer dizer: no instante em que, através do contato entre os corpos, duas pessoas entram numa relação profunda, que diz respeito às suas almas imortais, o consentimento ou não já não faz a menor diferença porque elas já estão envolvidas, por assim dizer, eternamente, num plano, não de eternidade propriamente, mas de perenidade. É claro que a gravidade da coisa é imensa! E quando Cristo diz que quando você desejou a mulher do outro você já pecou em pensamento, ele está dizendo o seguinte: o adultério é uma espécie de condição humana permanente. Todos nós vivemos no adultério: ou em pensamento, ou por uma relação sexual, que marcando o encontro das almas imortais, já uniu uma à outra eternamente, e que em seguida você renega. Não tem como escapar. Quer dizer que, quando olhamos as coisas sob a luz da doutrina católica sobre o casamento, nós veremos que só houve adultério em determinados casos muito específicos. Mas essa definição de adultério é feita justamente para limitar a responsabilidade; para nos descarregar, por assim dizer, do ônus desse adultério permanente no qual todos nós vivemos pelo simples fato de estarmos no planeta Terra e de termos desejo sexual.

Então, tanto o termo “casamento”, quanto o termo “adultério”, foram usados por mim num sentido muito mais amplo e, por assim dizer, antropológico; ou seja: referente à estrutura permanente da vida humana na Terra, e não a uma situação que é inaugurada pela doutrina católica.

A discussão que surgiu aqui no Fórum, ela surge exatamente em função da definição de casamento dada na doutrina católica e a partir de uma análise deste conceito, para ver se o caso que eu citei em particular se enquadra ou não. E a resposta é, evidentemente, não! Quer dizer: no sentido estrito que a coisa tem na doutrina católica, o exemplo de adultério que eu dei não é adultério nenhum. Mas, note bem, isto é uma situação que só acontece a partir do advento da doutrina católica. Então é como se dissesse que a humanidade antes vivia num estado quase que de adultério perpétuo, e a partir daí o peso da condenação de adultério é aliviado e só limitado a alguns casos particulares. Isto também quer dizer que, se o adultério é um elemento permanente da condição humana, ele o é pelo simples fato de que o pecado é um elemento permanente. Ele faz parte do que a Igreja chama o pecado original.

Quando eu me refiro ao pecado original, eu digo que não posso aceitar a definição do pecado original como algo que inaugurou uma espécie de inclinação perpétua ao mal. Realmente não pode ser isso! O pecado original tem que ser encarado como uma espécie de descida de nível ontológico; ou seja: a perda de certas capacidades humanas fundamentais, e, portanto, a inauguração de uma espécie de estado de alienação. Ora, se não existisse este estado de alienação, qualquer indivíduo, ao ter uma relação sexual com uma mulher, perceberia, imediatamente, que ele se contactou com ela num plano já de imortalidade; num plano já da alma imortal e, portanto, eles estão ligados eternamente, por assim dizer. Ora, o ser humano não tem mais esta capacidade, nem mesmo depois de advertido disto. O indivíduo pode saber isto teoricamente, mas no momento ele não toma consciência clara da responsabilidade do que esta fazendo. É, portanto, um caso de consciência

diminuída. A consciência diminuída não é, por si, uma inclinação ao mal, mas é uma fraqueza perante o mal. O indivíduo não precisa ter a intenção de fazer o mal: ele está no mal objetivamente, sabendo ou não. Aqui, novamente, a Igreja interferirá misericordiosamente, eliminando o caráter pecaminoso daquilo que não corresponda a uma intenção consciente e deliberada. Aqui, de novo, pode-se dizer que há uma espécie de pecado permanente, estrutural, no ser humano, e um pecado mais restrito tal como o define a Igreja Católica, tendo em vista justamente o pecado original, pecado do qual o batismo cristão nos livra. Isto quer dizer que a condição na qual as pessoas vivem depois do advento do Cristianismo é diferente da condição estrutural e permanente da espécie humana. Então, no caso do mundo pré-cristão, ou não cristão, eu acho que o caso do adultério permanente continua existindo. E você é poupado disto pela intervenção da doutrina cristã. Quer dizer: nós estamos falando aqui de dois planos de realidade completamente diferentes.

De qualquer modo, o erro de tentar analisar um fato a partir de um conceito — que, aliás, não é nem mesmo um conceito descritivo, mas um conceito normativo —, em lógica, é imperdoável. Mas, de certo modo, o que o Macambira escreve é uma reação espontânea. Quer dizer: ele conhece a doutrina cristã e vê o professor dizer algo que não está batendo — parece-lhe que o professor está condenando a humanidade inteira como adúltera — o que não pega bem para a doutrina cristã. Então, ele ficou um pouco chocado com a coisa, e o choque desencadeia uma série de pensamentos que seguem rigorosamente a linha da lógica formal; a análise de um conceito.

Então, vamos aproveitar para aprender: a análise de um conceito é uma coisa; a análise da experiência é outra completamente diferente.

A análise de conceito, por mais complexa que seja, é um procedimento mecânico, porque se trata apenas de ver se determinadas classes estão contidas dentro de outras classes. É como a teoria de conjuntos: você pega um conjunto e indaga se isso é um subconjunto deste, ou não é.

Este tipo de raciocínio é o que normalmente se usa em todas as discussões. A capacidade lógica todo ser humano tem, porque nasce com ela; porque no próprio aprendizado da linguagem [00:20] ele aprimora aquilo um pouco, e logo aprende a discutir. Mas no nosso caso aqui não se trata absolutamente de discutir, mas de aprender a coisa mais difícil que existe: que é pensar a realidade, ou conhecer a realidade, mesmo quando as nossas palavras falhem em descrevê-la.

É claro que, ao descrever a experiência, nós não temos à nossa disposição um vocabulário técnico pronto. Além disto, as palavras que nós usamos não têm uma correspondência exata com os dados da experiência. Elas têm uma correspondência indireta, ou analógica, às vezes até poética, mas é o único instrumento que nós temos.

É por isso mesmo que Aristóteles, quando concebeu a lógica analítica, fez questão de dizer que ela é a “lógica da predicação”. Predicação quer dizer aquilo que se predica de alguma coisa; aquilo que se afirma a respeito de outra. Ele fez questão de dizer que, antes da atividade predicativa, que constitui objeto da silogística, existe uma providência preliminar que ele chama de os “antepredicamentos”. Antepredicamentos é aquilo que vem antes da predicação, portanto, antes do juízo e antes do raciocínio. É também aquilo que assinala a compreensão intuitiva que você tem, da relação entre os termos e conceitos que você emprega, e a realidade correspondente.

Isto é como se fosse um elemento pré-lógico sem o qual a lógica não funciona. E digo mais: é justamente neste ponto que a inteligência humana mais falha. Erros de raciocínio são muito menos frequentes do que erros de antepredicação. Ou seja: ainda que o raciocínio esteja todo certo, formalmente correto, e que pareça verossímil para todo um campo onde as pessoas dão os mesmos

significados para as mesmas palavras, ainda assim a coisa vai estar toda deslocada da realidade, porque não afinou, precisamente, a consciência dos antepredicamentos.

Antepredicamento é aquilo que se precisa saber para que se tenha uma medida, aproximadamente correta, da relação entre os termos e a realidade correspondente. Ora, todos nós sabemos que na maior parte das conversações humanas, dos discursos humanos, essa correspondência é muito frouxa; é muito tênue. E justamente por isso é necessário prestar atenção a este negócio.

Quando você estabelece uma relação entre dois termos, o elemento relacionante — aquilo que os relaciona — não é um termo: é uma terceira coisa. Essa terceira coisa é o objeto de experiência correspondente. Por exemplo: o primeiro tipo de antepredicamento que Aristóteles reconhece é o que ele chama “denominativo”. Denominativo é quando uma palavra está relacionada à outra por mera derivação de palavras. Por exemplo: sócio e sociedade. Quando nós nos referimos à sociedade humana, nós dizemos que existem, entre os seus membros, uma relação como a que existe entre, por exemplo, os dois sócios de uma empresa, ou entre marido e mulher, mas nós sabemos perfeitamente que não é assim. Ninguém se torna sócio de uma empresa sem saber disto, nem se casa sem saber disto. É como diz o rapaz aqui: precisa haver um consentimento. Quando você nasceu você já entrou num conjunto de relações com os demais membros da sociedade brasileira, e até da sociedade planetária, sem você ter a menor consciência disto. Então, a relação que existe entre ser sócio — no sentido de ser sócio de uma empresa — e ser sócio — no sentido de ser membro de uma sociedade — é uma relação que não é exatamente a mesma. Tem algo que ver, mas não é a mesma coisa. E isto é justamente o que se chama uma analogia. Analogia é uma mistura de semelhança e diferença. Quase que instintivamente, quando você ouve a palavra “sócio” e a palavra “sociedade” você sabe que há esta relação de semelhança e diferença, mas você não é capaz de expressar isto imediatamente. Você continua usando as palavras dando por pressuposto que todo mundo vai perceber a distinção, tal como você a está percebendo.

Aristóteles dizia que existem quatro tipos de antepredicamentos. Primeiro, a predicação “unívoca”. É quando você usa uma palavra aplicada a vários objetos, aos quais ela está perfeitamente adequada da mesma maneira. Por exemplo: quando você diz que um ser humano é um animal e que um gato é um animal. É a mesma palavra aplicada a dois objetos diferentes, mas acontece que a animalidade do homem é a mesma animalidade do gato, então a palavra se aplica perfeitamente: então se diz que é uma predicação unívoca. Há uma predicação “equívoca” quando, por exemplo, você classifica vários seres diferentes dentro de uma espécie a que eles não pertencem igualmente. Então aí houve um equívoco. E há ainda os “denominativos” e os “análogos”. É justamente nos análogos que surge a maior parte das confusões. Por exemplo: aqui, no caso, eu usei a palavra casamento e a palavra adultério em sentido análogo. Quer dizer: aquele casamento que se estabelece pelo simples fato da relação sexual é um análogo do casamento cristão, mas não é a mesma coisa, porque quase todos os elementos que estão presentes num, estão presentes no outro, mas há alguns elementos que não estão.

No livro *Introdução à Lógica Simbólica*, Susane Langer diz que todo conhecimento humano começa com a percepção de analogias. Ela dá o exemplo de quando você roça o pelo do gato e leva um choque e quando você vê um raio no meio do céu e você sugere que há alguma coisa em comum entre os dois fenômenos. Você está fazendo uma analogia. As coisas são diferentes, mas deve haver algo em comum. No caso, este algo em comum chama-se eletricidade. Quer dizer: na hora em que você descobriu que há uma força na natureza chamada eletricidade, e que ela está presente nos dois fenômenos, então você descobriu a razão da analogia. No caso, a razão da analogia é uma força física perfeitamente identificável e que é exatamente a mesma nos dois fenômenos. Aqui há um

caso do que se chama de “analogia de atribuição intrínseca”. Ou seja: dois entes separados, distintos, estão analogados por um fator que é intrínseco aos dois.

Outras vezes, na linguagem humana, nós dizemos, por exemplo, que fulano de tal é um homem saudável; e daí nós dizemos que tal tratamento ou tal dieta é saudável. Bom, a saúde do homem não pode ser a mesma saúde da dieta. O homem tem a saúde como algo do qual ele é portador, algo que está nele, ao passo que a dieta não é saudável em si mesma, mas provê a saúde (supostamente provê, embora eu não creia em dieta alguma, mas é o que dizem!). A dieta, ou o remédio, seriam portadores da saúde, não para si mesmos, mas para quem se submete ao tratamento. Então aí a saúde não está nos dois elementos pela mesma razão.

Veja a famosa figura de linguagem, [00:30] que é usada praticamente em todos os manuais de lógica, quando Homero fala: “a aurora de róseos dedos”. Pode-se imaginar, poeticamente, a luz do sol aparecendo no horizonte e tocando suavemente os vários objetos e fazendo-os aparecer; mas, por mais que se esforce, a semelhança entre a luz que ilumina um objeto e o dedo que toca o objeto só existe na nossa mente, evidentemente.

Isso é o que se chama “analogia de atribuição extrínseca”, ou o que nós chamamos “metáfora”. Metáfora é quando se usa uma palavra para muito além do seu significado, para designar algo que pode ser visto como semelhante, mas que não é semelhante em si mesmo. Então, é claro que quando eu usei a palavra adultério, no sentido de adultério essencial, há entre ele e o adultério no sentido da doutrina cristã, uma analogia de atribuição intrínseca, porque o mesmo elemento que torna uma conduta adúltera num caso é o que torna a conduta adúltera no outro. Apenas, no segundo caso há uma limitação normativa, que no primeiro caso não há.

Veja que se nós pudéssemos somente analisar o adultério à luz da doutrina cristã, ninguém poderia ter sido acusado de adultério antes disso. Isto quer dizer que há uma possibilidade de uma determinada conduta, que está presente em todos os seres humano desde que eles existem, antes mesmo que essa conduta seja claramente definida numa doutrina. E se não existisse esta conduta antes da doutrina, não poderia haver a doutrina, pois a doutrina visa esclarecer algo que já existe, e a especificar as condições nas quais a palavra adultério será legitimamente aplicada a partir do momento em que existe essa doutrina.

Estas finuras de análise, num jogo entre experiência e pensamento, são as maiores fontes de erros no conhecimento humano. Não a lógica em si. Erro de lógica dificilmente as pessoas cometem. Cometem por distração ou por uma inépcia fora do comum. Porém, erros deste tipo, como eu estou mencionando, que são erros na transição da experiência para o pensamento verbalizado, são praticamente o destino universal do ser humano: nós cometemos esse erro a todo o momento. E para você esclarecer uma coisa que no fundo todo mundo sabe —, mas sabe de maneira muda — na hora em que você tenta expressar aquilo em palavras, você comete erros medonhos, mesmo porque, tão logo essa experiência é expressa, ainda que de maneira deficiente, você criou uma forma cultural que tende a se tornar permanente e influenciar as pessoas, de maneira que quando elas se referirem a um assunto, elas vão usar antes o sentido que está consagrado na palavra e na expressão, do que o sentido que eles percebem na experiência real. Vocês vejam o poder que tem, por exemplo, os escritores, os filósofos, os formadores de opinião pública. Eles levam você a enxergar,

no mundo, aquilo que eles enxergaram, e não aquilo que você enxerga. O que você enxerga não tem tradução verbal ainda, então não é moeda corrente, mas o que eles disseram se tornou moeda corrente.

Aqui, o aluno pergunta se aquelas famosas três inversões, que eu assinalei como características da mentalidade revolucionária, não são, portanto, erros de lógica. Não! Não são erros de lógica. E também não são erros de percepção. São erros de verbalização da percepção. E isso quer dizer que o sujeito pode estar vendo a realidade com muita exatidão, mas na expressão verbal ele erra e a partir dali, quando ele pensa no mesmo assunto, ele vê apenas o que ele disse, e não o que ele enxergou antes. Por exemplo: quando Jean Jacques Rousseau fala do contrato social. Bem analisado, o conceito do contrato social não faz o menor sentido, porque para que as pessoas façam o contrato é preciso que elas já tenham combinado de fazer o contrato antes. Então o contrato social pressupõe outro contrato social, que pressupõe outro contrato social, e assim por diante. No entanto, a partir do momento em que ele criou esta figura de linguagem, todo mundo que, ou leu, ou que caiu sob a influência dele de algum modo, passa a enxergar a sociedade de maneira contratualista, sem perguntar de onde ele tirou isto! Pode ser que, na hora em que Rousseau inventou o contrato social, ele estivesse vendo as coisas exatamente como elas são, mas como faltou a capacidade de expressar a experiência tal como ela aparecia, ele imediatamente condensou a coisa numa figura de linguagem e essa figura de linguagem passou a ser usada como se significasse alguma coisa literalmente. Podemos dizer que a sociedade *é como um contrato*, mas *ela não é um contrato*. Assim como, por exemplo, na Renascença, quando se aprimora a arte da relojoaria, e se criam relógios mecânicos com uma precisão incrível, imediatamente surge a ideia de encarar o cosmos como se ele fosse um relógio. Então você passa a ver os ciclos planetários como se fossem relógios cósmicos. Até houve um livro chamado *Os Relógios Cósmicos*. Michel Gauquelin escreveu um livro com esse nome. Mas, espere um pouquinho: não é o contrario? Não foram estas máquinas que foram inventadas para imitar os ciclos planetários, do sol e da lua, ou pelo menos do sol, num plano pequeno? Aquilo que é modelado por um fenômeno natural passa, em seguida, a ser encarado como se ele fosse o modelo. Hoje em dia não há inúmeras pessoas falando em modelos informáticos do cérebro? Tem disciplinas inteiras nas universidades para estudar isto. Ou seja: você vai estudar o funcionamento do cérebro como se ele fosse um programa de computador, quando, na verdade, os programas de computador é que foram feitos para imitar alguns procedimentos dos cérebros. Então a imitação se torna, retroativamente, o modelo, e as pessoas acreditam que isso vai ter uma força explicativa. Bom, ela tem uma força explicativa na base analógica, mas não mais do que isto. Então, quando você está usando uma figura de linguagem; quando você está usando os nomes estritamente apropriados, em sentido unívoco; quando você tem domínio das suas metáforas; e quando elas passaram a ter um poder hipnótico e fantasmagórico em cima da sua mente, ao ponto em que uma vez dita a metáfora você só enxerga o que está dentro dela, e todos os demais componentes do fenômeno passam a ser invisíveis para você...

Se você pegar estas grandes figuras de linguagem que se tornaram célebres, que adquiriram uma presença cultural importante, como, por exemplo, a expressão *luta de classes*, ou até expressões que nós usamos quando o sujeito está pensando errado e nós dizemos que ele *está com o cérebro avariado*, ou que *tem um cérebro de galinha*, estamos usando figuras de linguagem, que não

expressam realmente o que acontece. Quem sabe qual é, na verdade, a relação entre cérebro e pensamento? Ninguém sabe! Na verdade, até hoje não se encontrou nenhuma. Você encontra, no máximo, um vago paralelismo. Mas, por outro lado, nós sabemos que há pessoas com um cérebro muito deficiente, ou quase nulo, que pensam perfeitamente bem. [00:40] E observamos mesmo — como já mencionei em outras aulas — atividades cognitivas que se dão para além de tudo o que o cérebro pode alcançar. E, no entanto, nós continuamos usando a figura de linguagem e, quando uma pessoa diz besteira, dizemos que tem um *cérebro de galinha*.

A expressão *luta de classes* expressa algo que raramente acontece. Quantas vezes você observa, na realidade, a classe do proletariado industrial em atitude francamente hostil contra os donos dos meios de produção? Isso acontece muitíssimo de vez em quando. Na maior parte do tempo, está lá o proletário indo trabalhar, até satisfeito com seu salário, principalmente o proletário industrial que é um dos grandes beneficiários da economia moderna. Então a luta de classes é uma exceção que, muito de vez em quando, acontece em condições excepcionais. E, no entanto, basta você usar a expressão, que as pessoas pensam que você está falando de um fenômeno que existe e que não só existe como define a estrutura social. Então este é um caso de possessão verbal. A figura de linguagem cria uma estrutura quase visual, uma estrutura imaginária, que entra em você, como dizem, “em grama”. Ou seja: como um código que reestrutura a sua percepção, de modo que você passa a ver as coisas do modo como alguém disse, ou você mesmo disse, e não da forma como você realmente viu. E eu digo para você que noventa por cento do esforço filosófico é o esforço de sair de dentro desse estado de possessão verbal e voltar a expressar as coisas tal como elas apareceram originariamente na experiência. O que supõe, evidentemente, a criação de novas modalidades de expressão verbal. Supõe um saneamento da linguagem. E é claro que nós não podemos fazer isto sem a ajuda de toda a tradição literária da qual pudermos dispor. Porque é muito improvável que a descrição da experiência possa ser feita diretamente, mediante termos e conceitos filosóficos já claramente estabelecidos. Você vai ter que passar por uma etapa narrativa, ou poética, ou poeticamente descritiva, ou coisa assim. Não é possível fazer de outra maneira.

Ora, mas isto nos coloca o seguinte problema: qual é a capacidade que as pessoas, num determinado instante, num determinado momento da história, em uma determinada sociedade concreta, têm de, realmente, expressar a sua experiência? Quanto da experiência é transponível na linguagem corrente, de modo que as pessoas possam conversar a respeito? Veremos que o círculo do que se pode geralmente conversar, o círculo daquilo que temos instrumentos para falar uns aos outros, é muito menor que o círculo das suas experiências interiores. Então muitas emoções, ou percepções, simplesmente não têm nome. Daí a diferença que estabelecemos entre o famoso *eu narrativo* e o *eu social*. Quer dizer: o eu social é uma interseção de conjuntos. Aquele conjunto do conjunto do que eu sei sobre mim mesmo, as pessoas sabem um pedaço. E eu geralmente só falo para elas desse pedaço, porque se eu começar a falar do resto, elas não vão me entender, ou podem ficar chocadas, ou podem até achar que eu estou mentindo. Então você vai criar um problema de comunicação na medida em que pretende aumentar o coeficiente da sua expressão. Para que a comunicação continue possível é preciso limitar a expressão. Até onde vai esta limitação?

Vocês que hoje estão entre 20 e 40 anos vivem já numa sociedade onde o repertório daquilo que é exprimível já se tornou enormemente grande. E vocês não se lembram de uma situação anterior que, para a maior parte de nós do mundo ocidental, vigorou até os anos cinquenta, sessenta... Hoje em dia, por exemplo, vocês estão acostumados a ver as pessoas irem à televisão e contarem os seus problemas de casamento, as suas fantasias sexuais, as suas neuroses. Vocês veem biografias inteiras onde a vida privada do sujeito é sondada até os mais mínimos detalhes. Mas nem sempre foi assim. Imagine ligar a televisão nos anos cinquenta, ou no começo dos anos sessenta, e ouvir uma mulher conversar claramente sobre as amantes do seu marido. Você não via isso! Isso simplesmente não acontecia! Então algo mudou esta situação. Vocês já nasceram dentro de uma situação onde o horizonte do expressável é tão grande que se tornou caótico. As pessoas não sabem mais como organizar isto, e você não consegue enxergar o repertório das possibilidades humanas como uma forma definida. Outro dia, alguém me mandou um artigo em que um sujeito estava celebrando a possibilidade da fusão de espécies. Ou seja: geneticamente, você fundir um ser humano com gato ou com um jumento. O sujeito achava isto maravilhoso, porque iria abrir perspectivas inauditas para a espécie humana. Eu já não vejo por que um híbrido de ser humano e jumento, pois eu creio já ter visto vários pelas ruas, no Congresso Nacional, nas Universidades... Então me parece um pouco chover no molhado. É claro que isso ainda é uma possibilidade técnica remota; e estas criaturas também não vão poder procriar; mas é perfeitamente possível que logo você tenha seres humanos com rabo de macaco, com chifres etc., e é claro que isto vai apagar completamente os limites da forma humana, e nós já não saberemos o que é um ser humano e o que não é. Quer dizer: a discussão que vai surgir sobre a existência, ou não, do ser humano, vai confundir ainda muito mais as coisas do que elas já estão confusas hoje. Por exemplo: nas décadas de vinte, trinta, quando a ciência — ou pseudociência — da antropologia começou a comparar vários sistemas morais, de varias coletividades, e via que o que é proibido num lugar é obrigatório em outro e assim por diante, evidentemente isto amplia o horizonte daquilo que é expressável, que é narrável, daquilo que você pode depor; mas, ao mesmo tempo, apaga os limites daquilo que você julgava saber antes. Evidentemente tudo tem um preço: quando se amplia o domínio do expressável, o circulo da comunicação se torna mais confuso, evidentemente.

Porém houve um episódio muito importante na historia dessa tensão, por assim dizer, entre comunicação e expressão: foi justamente o que aconteceu nos anos 60 com o que se chamou o *movimento do potencial humano*, que se desenrolou principalmente a partir do Instituto de Esalen, na Califórnia, onde vários investigadores e terapeutas começaram a juntar as peças de vários experimentos psicoterapêuticos que vinham sendo conduzidos até então. Por exemplo, um sujeito chamado Fritz Perls [00:50] que descobriu que você poderia tratar neuroses, não por um procedimento analítico, como se fazia em psicanálise, isto é, rastreando a origem, a formação dos complexos etc. etc., mas chamando a atenção do paciente para certas situações atuais que reestruturavam todo o quadro de percepção dele, e absorviam as neuroses. Ele teve certo sucesso com isso. Esse foi um dos muitos experimentos que se fizeram em Esalen. Inumeráveis formas novas de psicoterapia, sobretudo psicoterapia de grupo, começaram a convergir para Esalen e, aos poucos, se descobriu que a possibilidade da expressão humana era imensamente maior do que as pessoas tinham imaginado. As pessoas se juntavam naqueles grupos de psicoterapia e falavam de coisas que jamais ousariam falar com seus maridos, com suas mulheres, com seus vizinhos, com seus pais e mães.

Então, criaram-se novas possibilidades de intimidade humana que pareciam absolutamente inexistentes em décadas anteriores.

Esse processo chegou ao Brasil um pouquinho atrasado. No Brasil só começamos a observar isto a partir dos anos 70, mas em Esalen começa nos anos 60. Então a diferença do padrão de comunicação, de convivência humana, entre as pessoas que participavam desta nova atmosfera e os das gerações anteriores é uma coisa brutal! Eu mesmo fui um entusiasta desta coisa, no começo, e eu mesmo me submeti a inúmeras psicoterapias, não porque precisasse realmente delas, mas pela simples paixão da experiência humana: conhecer as pessoas num nível mais profundo. E, à medida que isto acontecia, eu olhava as pessoas das gerações imediatamente anteriores e via que elas se desconheciam umas às outras completamente e não tinham o menor interesse em se conhecer, de modo que, mesmo pessoas que viviam juntas por 20 ou 30 anos, pareciam só se contatar pelo seu eu social. Eram, por assim dizer, famílias impessoais, casais impessoais, e as pessoas estavam convivendo umas com as outras apenas pelas suas funções sociais. E nem mesmo imaginavam a possibilidade de um conhecimento mútuo mais profundo. Então, não se pode negar que esse movimento que surgiu em Esalen contribuiu em alguma coisa para o conhecimento humano. Claro que depois a coisa virou uma bagunça desgraçada e daí surgiram coisas como o movimento gay etc., que acabaram por ser problemas por si mesmos. Mas, naquele primeiro instante, houve uma ampliação realmente do potencial da convivência humana.

Muitas pessoas depositaram todas as suas esperanças nisto e algumas foram frustradas e outras se deram bem. Por exemplo: eu estava lendo outro dia um livro de um autor chamado Walter Anderson, intitulado *The Upstart Spring* : “A Primavera Presunçosa” ou “A Primavera Arrogante”. Primavera, porque, de fato, houve um despertar das potencialidades humanas; e arrogante, porque as pessoas esperavam que aquilo fosse uma reforma geral da humanidade; a solução para todos os problemas; e eles pareciam estar encarando a volta do Cristo para o dia seguinte. Como em todos os movimentos utópicos, você tem esperanças que normalmente são depositadas no fim dos tempos e que são atualizadas, tornando-se uma expectativa iminente, o que cria, evidentemente, uma inversão revolucionária do tempo.

As pessoas que nasceram depois disto aí, e que já vivem dentro de uma atmosfera em que há a possibilidade de uma expressão humana maior, não conseguem imaginar como eram as coisas antes disto, e também não têm ideia do impacto que este movimento do potencial humano teve em todo o Ocidente. Por exemplo: eu me lembro do número enorme de publicações que surgiram sobre problemas de sexo, casamento, convivência, onde esses problemas eram discutidos abertamente, quando antes não se falava sobre isso. Não é que antes era proibido falar destas coisas, mas as pessoas não tinham os instrumentos para isto. Não conseguiam se descrever a si mesmas, de uma maneira personalizada, até o fim.

Max Weber diz que, com o advento da sociedade industrial, surge a tendência de estruturar toda a sociedade como se fosse uma espécie de empresa e, a partir daí, as relações econômicas passam a ser a principal, ou única, modalidade de relação entre as pessoas, e todas as demais relações são determinadas pela relação econômica. Isso é um processo que ele chama a *racionalização da sociedade*. Não sei bem se o termo é exato. O mais certo seria dizer que houve uma burocratização

da sociedade. A partir daí, inclusive as relações familiares são definidas por isso, de maneira que a função econômica dos cônjuges passa a definir o casamento em muito maior medida do que antes. Se você procurar na história antiga — da Renascença para traz — e vir duas pessoas que queriam se casar, ninguém perguntava se elas tinham condições econômicas para casar, porque se partia do princípio de que, se os príncipes e reis casavam, então os miseráveis também casavam. De repente, a responsabilidade econômica do casamento entrou no centro do casamento e mudou, então, a natureza real das relações de matrimônio. Mas a doutrina católica do matrimônio não mudou. A letra dela continua a mesma. Mas é claro que no novo contexto ela sofre uma nova interpretação.

Uma das consequências disto foi que a tolerância da sociedade para com o adultério diminuiu e que, portanto, a exigência de fidelidade matrimonial — que antes era vista como um ideal a que as pessoas iriam falhar muitas vezes e que, justamente porque iriam falhar, havia então a confissão, a absolvição, o perdão etc. etc. — passou a ser visto como uma coisa absolutamente intolerável. Ora, quando a gente lê a história, por exemplo, de Heloísa e Abelardo, você vê que na cidade todo mundo sabia que havia uma coisa entre eles. Ele era professor particular dela e estava levando-a para cama, e todo mundo sabia disto e ninguém ligou muito. Foi quando ele fugiu com ela para se casar numa outra cidade, que a família se revoltou, pegou o sujeito e o castrou. Então você vê que havia certa tolerância maior para com a irregularidade de conduta.

Isto me lembra, por exemplo, o que diz o padre do *“Diário de um Pároco de Aldeia”*, de Georges Bernanos: quando você é parte de uma comunidade, o seu único ideal é manter, de certo modo, o centro de gravidade daquilo funcionando; mas o centro de gravidade é muito baixo, e isto é o melhor que você vai conseguir fazer. E isso, como o padre da história não é só um padre, mas um santo (ele não sabe que é um santo, mas ele o é), ele entende realmente a precariedade da vida humana. O senso dessa precariedade da vida humana era muito maior nas sociedades anteriores do que passou a ser na sociedade industrial, porque, na sociedade industrial tudo tem que funcionar como um relógio. Isso quer dizer que à instituição do casamento cristão soma-se a instituição do casamento civil com todo o rol de penalidades. [01:00]

Acontece que o casamento civil não está acessível somente às pessoas religiosas, mas a todas as pessoas. Isto quer dizer que o direito absoluto e incondicional à fidelidade matrimonial passa a ser um direito de todos, enquanto que a Igreja Católica entende que a fidelidade matrimonial é um elemento da perfeição cristã, e não um direito.

Então, é claro que a partir daí os elementos de moral religiosa são integrados no direito civil, e passam a ser um sistema de policiamento em torno da conduta das pessoas. É claro que, nessas circunstâncias, a possibilidade da expressão pessoal é bastante limitada. Eu sempre estranhei, quando via filmes americanos, e a mulher desconfiava que o sujeito tivesse gostado da outra mulher por dez minutos, e daí ela pensava: “Ah! meu mundo caiu”. A gente sabe que isso é inteiramente absurdo! Até me lembro de Graciliano Ramos nas *“Memórias do Cárcere”*, quando, na época em que ele esteve preso, ele foi colocado, por falta de celas, junto com duas mulheres. Ele estava velho e doente já, mas o capitão chegou para ele e disse: “O senhor não vai ter desejos, hein!”, e ele respondeu: “Posso prometer que não vou fazer nada, mas que eu não vá ter desejos, não posso prometer”. Mas a ética matrimonial que se transmitia no cinema americano, e que, aliás, em parte se

transmite até hoje, é de que o sujeito não vai ter desejos. Veja que quando acontece isso, é evidente que a expressão humana foi para o brejo! As pessoas não podem mais se expressar; elas não podem mais ser sinceras umas com as outras. E justamente aí entra o *movimento do potencial humano*, em Esalen, que abre um campo para as pessoas dizerem coisas que antes elas não ousavam nem pensar. E vocês — das gerações que apareceram depois disso — já vivem em um mundo onde há uma margem maior para expressão.

Eu observei essas sutilezas da diferença de experiência humana entre uma geração e outra, e estou aqui tentando expressá-las do melhor jeito que eu posso, mas são coisas sutis que às vezes nos escapam. E justamente quando nós analisamos problema como esse, que começou a ser discutido no Fórum, às vezes a complexidade da situação real é tal que a mente humana automaticamente se apega aos conceitos formais e raciocina somente dentro deles, porque quando ela sai daquele universo de conceitos ela se sente absolutamente perdida.

Mas Aristóteles dizia que o conhecimento começa com o espanto, e é mil vezes preferível você estar perdido em um oceano de fatos, do que estar preso em uma jaulinha conceitual que só vai te proteger. Se nós não tivermos essa coragem de nos abrimos à variedade da experiência humana, e à confusão toda da experiência humana, nós vamos simplesmente repetir o que os outros já disseram, e vamos continuar dentro desse mundo de ilusão. A capacidade que os seres humanos têm de fugir do real e de se apegar a um horizonte verbal estreito, dentro do qual eles acreditam saber onde estão se movendo, é o que eu observei, por exemplo, no caso do Foro de São Paulo, onde estão acontecendo coisas de uma importância imensa, coisas que vão ter consequências históricas absolutamente devastadoras, mas ao mesmo tempo quando você vê, dentro disso, o subconjunto da discussão pública — temos o horizonte dos fatos políticos e dentro dele o horizonte menor da discussão pública — esse círculo da discussão pública se fecha à realidade, falando de outras coisas, somente. E isso pode acontecer tanto na esfera individual quanto na esfera coletiva.

Tudo isso é para dizer a vocês o seguinte: não tenham medo da confusão; o estado de confusão é normal no ser humano. E, sobretudo, quando vocês se sentirem muito confusos, lembrem-se do seguinte: o curso das coisas do mundo não depende de que você tenha a solução para ele; o mundo não está esperando que você resolva os problemas; portanto se não conseguirmos resolver hoje e deixar para amanhã, isso não vai fazer a menor diferença. Hoje você está confuso e não sabe o que fazer: os fatos estão todos dançando na sua cabeça sem que você consiga sintetizá-los; e se você dormir assim, e acordar exatamente assim amanhã, isso não vai fazer a menor diferença para o mundo. “Hoje eu não estou sabendo a solução do problema, e se amanhã eu não souber também, a rigor isso não faz diferença nenhuma”.

Ao longo da vida, eu observei que a maior parte das pessoas com quem eu conversava sempre se baseava nessa ideia de que elas tinham a solução para os problemas do mundo, embora pouco soubessem a respeito. Essa ilusão de que você está no claro, de que você está no centro de um conjunto organizado, essa ilusão você tem que perder definitivamente; você tem que aceitar o seu estado de confusão. E é justamente quando você está no estado de confusão que você se abre para que o Espírito Santo lhe dê as soluções; se não, para quê você iria precisar do Espírito Santo se você já está sabendo de tudo? Então, nós não devemos buscar a nossa paz na compreensão intelectual

que nós temos das coisas, porque nossa compreensão é precária por natureza, e será precária sempre. Não é aí que está o nosso abrigo. Eis aí a verdadeira importância da fé, pois entre o momento da ignorância total e o momento da resposta, é só a confiança na Providência que vai fazer você atravessar esse abismo, como em uma corda bamba. Isso é tão essencial para o filósofo que Aristóteles dizia que o conhecimento começa justamente com o espanto, que é quando você radicalmente não sabe o que está acontecendo, e não sabe o que fazer.

Aluno: A comparação que o senhor fez entre a análise de um conceito e a análise da experiência, o que isto tem a ver com a noção de necessidade lógica e a de necessidade real?

Olavo: A lógica toda é baseada em relações de necessidade; mas de necessidade hipotética, evidentemente. Toda proposição lógica é “Se X, então Y”. A lógica não pode determinar por si mesma se X aconteceu; se é fato ou não é fato. O conceito fundamental de todo o mundo científico é o conceito de necessidade: o de se buscar elos onde, dada uma condição, tal outra condição se segue necessariamente. Porém, necessidade, a rigor, só existe a necessidade metafísica. Por exemplo: nós sabemos que o nada, necessariamente, inexistente, pois se existe alguma coisa, por mais mínima que seja, então o nada inexistente necessariamente. Abaixo da necessidade metafísica podemos considerar a necessidade lógica, que é uma necessidade absoluta hipotética: apenas pensada como tal. Mas de qualquer modo, internamente, o raciocínio lógico é todo ele feito de elos de necessidade. Pode-se falar de uma coisa real, [1:10] de uma necessidade real (fática, não metafísica), somente quando se observa que, dada uma condição, a outra se segue necessariamente. Por exemplo: se o sujeito se jogou do décimo andar do prédio, necessariamente ele vai se esborrachar lá embaixo; não é possível pará-lo no meio do caminho. Mas a maior parte dos elos que se observam na realidade não são elos de necessidade, são elos de contingência (coisas que podem acontecer ou podem não acontecer). Pelo fato de que, na realidade, observam-se mais contingências do que necessidades, por isso mesmo é que as pessoas se apegam ao raciocínio lógico — em vez de se apegar à análise da realidade — porque a lógica lhes dá uma aparência de segurança. Daí a tendência de projetar uma necessidade real sempre que se observa uma necessidade lógica — o que de fato raríssimamente acontece.

Aluno: As aulas estão maravilhosas, mas sinto falta de uma compreensão melhor da diferença entre os termos alma, pessoa, espírito e psique.

O que se designa como psique, hoje, em toda a psicologia, é apenas a atividade imanente do sujeito para consigo mesmo; é o mundo da sua própria criação; ou seja: é tudo aquilo que surge no seu pensamento, na sua memória, nos seus sentimentos etc., e que se entende que está limitado a um sujeito em particular. É isso que se chama psique. Ao passo que a alma sempre tem uma conotação teológica: você está entendendo que esse conjunto de fenômenos — que denominamos psíquicos — tem uma consistência; e que ele assinala uma individualidade subsistente; uma individualidade permanente; que dura para além da extensão da sua vida.

Para a maior parte das pessoas, a sua psique é um horizonte muito maior do que a do seu eu narrativo: as pessoas ignoram quase tudo que se passa dentro delas. E quando falam delas mesmas, estão falando apenas de um pedacinho que é reconhecível, primeiro, por elas mesmas, sob a forma

narrativa: “Olha me aconteceu tal coisas, pensei tal coisa etc.”; em segundo lugar, é encarado como eu social: aquela parte minha que os outros conhecem. Todo o restante do que se passa na sua memória, nas suas emoções etc., ou é relegado para um negócio chamado inconsciente, ou é simplesmente desconhecido.

Nestas condições, é evidente que a pessoa não pode ter uma noção de alma imortal, a não ser como uma noção de algo meramente verbal; de algo que se ensinou para ela na Igreja. Mas ela não pode falar da sua alma imortal, porque ela não conhece nenhuma alma imortal nela. A noção de alma só passa a ter substancialidade para nós mediante alguma experiência que indique algo da sua imortalidade. E este algo que indica a imortalidade é justamente no instante onde você penetra cognitivamente em regiões que a sua percepção sensível — e até o seu cérebro — não alcançam. Na realidade essa experiência é muito mais banal do que parece, pois ela acontece toda vez que você ouve uma melodia. Mas as pessoas não sabem disso: elas acreditam piamente que é o seu cérebro que pega a melodia, quando hoje está provado que o cérebro não pega a melodia. Quem capta a melodia é você, e isto é prova de que você é uma alma.

Então, embora etimologicamente as palavras psique e alma signifiquem a mesma coisa — uma vinda do grego e a outra do latim — o uso que se consolidou foi esse. Ninguém vai dizer: “A salvação da sua psique”. Na Igreja, ninguém vai usar esta expressão, porque se entende por psique somente a atividade interior, sem uma substância própria e sem uma identidade própria. Só a partir da noção de imortalidade é que você pode captar a totalidade da sua psique como uma entidade subsistente, no sentido do que dizia Aristóteles: “A alma é tudo aquilo que ela conhece”. Tudo aquilo que você conheceu, que você viu, que você pensou mesmo que por instantes, é sempre recuperável, e faz parte de você; quer dizer, o conjunto da sua experiência — não só o conjunto da sua experiência real, historicamente vivida—, mas também da experiência possível, e também a experiência absorvida através de outros, pelo que você ouviu falar, por exemplo, lendo um romance, o que você imagina: tudo isso é o conjunto da sua alma. E eu acho que é possível, em certos momentos, você apreender isso como um conjunto. Não como um conjunto fechado, evidentemente, mas como um conjunto aberto, que tem uma unidade que você reconhece: “Este é o meu mundo! Isto, na totalidade, sou eu!”. E é claro que este “eu” vai muito além do seu eu narrativo; e muito mais ainda do seu eu social; e mais até mesmo da sua identidade física. Por exemplo: o simples fato de reconhecermos que somos a mesma pessoa de quando nós tínhamos três anos de idade, já insinua um pouco a existência da alma, porque não há mais identidade física: o seu corpo já foi embora, mas você continua. Quer dizer: a permanência do indivíduo, a duração do indivíduo, não pode ser explicada nem psiquicamente, nem fisiologicamente. Então, requer o apelo à noção de alma imortal.

Quando se fala “pessoa”, tem-se mais a noção do que essa individualidade anímica representa para os outros, perante os outros, perante si mesmo e perante o próprio Deus. Quer dizer: você tem uma presença pessoal perante Deus; sua alma imortal não está solta no espaço; não é a única alma que existe; ela representa algo para os outros. E isto que ela representa é justamente o que se chama a sua “pessoa”. É a sua pessoa que nós julgamos quando dizemos que você é bom ou mau; que você é generoso ou mesquinho. É a sua pessoa — e não a sua alma —, pois dentro da sua alma existem

todas as possibilidades, mas você representa, você personifica, algo para os outros e perante o próprio Deus. Então podemos dizer que o que é julgado no Juízo Final é a sua pessoa, na verdade; não propriamente a sua alma. A alma contém tantas possibilidades que não é possível que uma alma inteira seja ruim. Nenhuma alma é totalmente ruim. Então, o mais certo é dizer que é a sua pessoa é que será julgada.

Por fim, quando se fala de Espírito, nós não precisamos defini-lo, mas podemos indicá-lo por um dado de experiência. Por exemplo: conceba um quadrado, pense em um quadrado, e o divida em quatro partes iguais, e você obterá quatro outros quadrados e não quatro outras figuras. Se o cortarmos na diagonal, obteremos dois triângulos isósceles, e não outra coisa. Tudo isso você pensou, mas você sabe que a figura que você pensou tem uma constituição objetiva em si mesmo, e tem uma espécie de legalidade interna. Não é por uma limitação da sua psique que o quadrado dividido pela diagonal tem de dar dois triângulos isósceles. Não é a sua psique que está determinando isso: existe uma necessidade interna da figura. Portanto, aquilo que você está pensando passa a ter um valor cognitivo que vai além da sua psique, e além da sua alma, porque também não foi a sua alma que inventou os quadrados, e não é sua alma que legisla sobre os quadrados. Essa dimensão da nossa atividade psíquica que alcança uma realidade, uma verdade, é aí que começa a dimensão do Espírito. [1:20]

Pode-se considerar toda a atividade psíquica de modo imanente: como algo que se passa dentro da cabeça de um sujeito. Por exemplo: quando ele pensa $2 + 2 = 4$, esta é uma atividade psíquica, evidentemente. Porém, essa atividade psíquica tem algo a ver com as qualidades internas das quantidades 2 e 2, que não são, por sua vez, criações da psique. Quando se recorda um acontecimento, quando se dá testemunho de um acontecimento — “Eu vi tal pessoa fazer isso assim, assim” —, é claro que isso está se passando dentro da psique, está-se pensando isto, está-se recordando isto, está-se reproduzindo elementos de memória. Mas na medida em que isso tem um alcance sobre a realidade dos fatos, já não se pode explicar isso psiquicamente. Quando eu faço um cálculo e ele está certo, não há uma explicação psíquica para o fato de que quando se soma 2 mais 2 obtemos 4, e não 5,5 ou 10,3. O espírito é aquele elemento que se alcança através da psique, mas que a transcende cognitivamente.

Na medida em que a psique alcança essa dimensão de espírito, de certo modo ela se transcendeu a si mesma. Mas, se transcendeu somente no sentido incorpóreo. Por outro lado, essa atividade psíquica continua presa à nossa presença espacial, e esse é um dos grandes dramas da vida humana: por um lado, nós estamos praticamente abertos ao conhecimento do infinito, e temos um poder de apreensão sobre a realidade; mas por outro lado, continuamos presos a esta limitação física dos nossos corpos.

Voltando à explicação do sexo, uma das motivações do sexo é tentar imitar, no plano do corpo, aquele alcance ilimitado que se tem na esfera espiritual. É claro que é uma tentativa voltada a uma espécie de fracasso, porque durante um momento tem-se a impressão de infinitude, mas em seguida se cai de novo na limitação do corpo; às vezes cai-se até pior do que se estava antes. Daí certa periculosidade inerente a qualquer ato sexual, mesmo feito em condições legítimas: ele é sempre alguma coisa que esbarra na fronteira entre o limitado e o ilimitado, no ser humano.

Aluno: O que individualiza a alma?

Olavo: A resposta mais certa é: eu não sei. Eu sei que eu reconheço um universo de experiências como meu; quer dizer: eu sou um sujeito agente; eu sei que não sou apenas um registro passivo de coisas que acontecem. Eu me aproprio de certos conhecimentos e os considero meus. É isso que me permite dizer que eu tenho uma individualidade. Onde está exatamente o centro e o elemento unificante disso? É o que nós chamamos o “eu profundo”. Nós não teríamos “eu” nenhum, se não tivéssemos um “eu profundo imortal”, porque tudo de que eu tomo conhecimento — seja no mundo externo, seja em mim — é fragmento; e se tudo é fragmento, como é que um fragmento pode unificar outros fragmentos? Mesmo os elementos mais duráveis da minha experiência psíquica também são fragmentários.

Então, eu pergunto: como é que de tudo isso que chegou ao meu conhecimento, isso que eu experimentei, senti, pensei, recordei, desejei etc., onde está esse meu centro, onde eu digo que isso sou eu? Isto não pode estar dado no próprio plano da experiência psíquica, no próprio nível da experiência psíquica, porque ela é toda fragmentária. Mas, e se ela é toda fragmentária, como se explicaria o simples fenômeno da memória? Como é que eu posso recordar duas coisas que me aconteceram para mim em épocas diferentes, se entre elas não há conexão, e se cada uma dessas experiências, em si, foi fragmentária, e se a própria recordação que eu estou tendo delas agora, também é fragmentária?

Nada em mim permite me identificar a mim próprio como uma substância existente, a não ser que essa substância realmente exista num plano que não é normalmente acessível à experiência, mas que é presente a toda experiência. Kant diria “um transcendental”. Ele define “transcendental” como aquilo que está antes da experiência — aquilo que possibilita a experiência e que só se revela no curso da experiência —, mas que não depende dela. Só que eu diria que esse transcendental não é tão transcendental assim, porque em certos momentos eu posso ter a vivência disso. Essa vivência não pode ser expressa em palavras: eu não posso transformá-la em conteúdo; não posso transformá-la nem mesmo em conteúdo de memória. A minha experiência, do meu “eu” profundo, não pode ser “recordada”, porque só é recordado aquilo que se torna objeto de memória: portanto, aquilo que é abrangido pela memória; aquilo que é menor do que a memória, e que está dentro dela; enquanto que o eu profundo, a memória inteira está dentro dele.

Então, a experiência do eu profundo não pode ser recordada: só pode ser repetida. Uma vez que se tem essa experiência, não se vai recordar do conteúdo dela: vai-se repetir a mesma experiência, e ela será sempre a mesma. Eu só encontro uma imagem para designá-la: é como se fosse uma melodia eterna que está tocando dentro de você. É uma espécie de u’a massa de sentimento que prossegue inabalavelmente o mesmo; e essa massa de sentimento toma sempre uma figura de júbilo e de poder, onde você percebe que você tem um poder sobre todos os conteúdos da sua consciência, e um poder que se estende ao próprio mundo exterior. Você tem o poder de fazer acontecer coisas. Essa experiência é tão fundamental e tão impactante que você pode chegar a uma conclusão tipo Nova Era: eu sou a única realidade, meu eu pensante é o centro de tudo. Mas, em seguida, você percebe que este eu profundo, que é o que unifica tudo e que existe, por assim dizer, acima do tempo, ele também não tem em si o fundamento da sua própria existência, porque ele pode

perguntar: de onde eu surgi? O que é que me sustenta na existência? Deve haver algo mais profundo do que eu mesmo! Este algo mais profundo, a única relação possível que se pode estabelecer com ele, é a relação de amor e gratidão sem fim. A única! Por isso que Paul Claudel dizia que Deus é aquele que em mim é mais eu que eu mesmo. Este é o centro unificante. Deus criou o Universo como uma constelação de poderes anímicos, cada um deles praticamente ilimitado. Mas eles se limitam uns aos outros, e também não se constituem a si mesmos. Hoje eu entendo que essa é a verdadeira estrutura do mundo. Não é que exista um mundo físico — externo, bonitinho, funcionando por suas próprias leis — e dentro dele existem almas. Não! É o contrário: existe o universo das almas e dentro dele existe o mundo físico. [1:30]

As relações entre as almas são também regidas por leis. Essa constelação das almas constitui uma realidade objetiva. Não é que nós vivemos em um mundo totalmente subjetivo, onde só existe o que se passa na nossa cabeça. Não! Seria assim se cada um de nós fosse a única cabeça. Mas como existem várias almas pensando, e entre elas existem relações de amor, de participação, de rejeição, de ódio etc., é possível que uma alma tenha mais força do que a outra, e a domine. Isso acontece o tempo todo. É nesse plano das almas imortais que se decide a salvação ou a danação. É nesse, e não no das ações terrestres. Seria inteiramente absurdo que ações terrestres, fragmentárias e passageiras, fossem, elas mesmas, fatores decisivos, quando elas são apenas a expressão local e aparente do desejo profundo da alma imortal.

Depois que eu entendi isso, comecei a ler de maneira diferente o Evangelho, entendendo que Cristo está falando para minha alma imortal, e não para o meu ser terrestre, porque o ser terrestre existe, mas ele é apenas um pedacinho da alma imortal, e é esta quem toma as decisões fundamentais. Por exemplo: somente a alma imortal pode ter fé, porque a parte mortal terrestre é toda fragmentária; o que ela pensa em um minuto elas esquece no minuto seguinte. O que significaria a fé para um bicho tão impermanente, tão fragmentário? Se não houvesse uma unidade profunda no ser humano, a palavra fé não faria o menor sentido. E o que é a fé? É a confiança em Nosso Senhor Jesus Cristo, não como um poder externo, mas como um poder que me constitui desde dentro, mas sobre o qual eu não tenho alcance. Ele me constitui como força independente capaz de dizer “eu”, de escolher, de agir, de transformar o mundo exterior, agir sobre as outras almas etc., e Ele permanece dentro de mim como o segredo de tudo isso. Mas Ele, ao mesmo tempo, também está nas outras almas. Quando São Agostinho diz que “a Verdade está no interior do homem”, ele quer dizer “interior” onde? Interior do corpo? Não é possível! Se a verdade estivesse no interior do meu corpo, ela se desfaria quando meu corpo se desfizesse. Por exemplo: dois mais dois são quatro é uma verdade; como isso pode estar no meu interior, se por interior eu entenda a corporalidade terrestre. Não faz o menor sentido! No dia seguinte que eu morresse $2 + 2$ passaria a dar 5 ou 6, ou quanto quisesse! Não é possível isso.

É no interior de repertório de poderes da alma imortal, com uma dimensão ainda mais profunda, à qual nós não temos acesso cognitivo, mas temos acesso mediante o Amor.

É por isso que eu digo: se a coisa essencial é a escolha fundamental que nossa alma faz, então, os atos terrestres não são tão importantes assim. Eles são importantes como *expressões* da vontade profunda da alma imortal. Aí sim! Muitas vezes eles expressam o horror que você tem da sua

própria alma imortal; expressam a autoliquidação da alma imortal. Você está agindo como se você quisesse matá-la. Quer dizer: você não aceita a sua existência de poder autônomo, que lhe foi conferido pelo Amor Divino. E não aceita porque você não a aguenta; porque ela é grande demais para você. Hoje eu entendo que todos os elementos da moralidade devem ser entendidos nesse plano, e não no mero plano da conduta, ao qual o Estado e a legislação civil têm acesso.

É claro que se a sua alma imortal tem o poder de até provocar acontecimentos no mundo exterior, provocar acontecimentos psíquicos em outras pessoas, ela também tem o poder de reformar e melhorar a sua conduta na Terra. Mas essa capacidade é limitada, porque existe a constituição do mundo físico, que não foi você quem fez. Então aí existe uma colaboração entre os poderes da alma e os poderes de Deus; e às vezes a alma imortal tropeça nas próprias limitações da sua psique terrestre; e às vezes leva um baile dela. Aí é justamente o pecado original. Se a nossa psique terrestre estivesse inteiramente à mercê da nossa alma imortal, nós estaríamos no paraíso terrestre. Mas acontece que dentro da nossa psique terrestre existem elementos que não somos nós. Existem elementos que são hereditários; que são determinados pela composição química do que você come; existem elementos semânticos que se impregnaram da sociedade toda; então, no nosso ser terrestre, só uma parte somos nós, a outra é a nossa parte impessoal. Isso se traduz no fato de que todo mundo tem um nome e um sobrenome: o seu nome individualiza você, mas seu sobrenome mostra que você é membro de uma família; tem uma hereditariedade que remonta até pontos que você não sabe. Por exemplo: quando eu estudava as obras de Lipót Szondi, ficava cada vez mais impressionado com o poder que a herança dos antepassados tem sobre a sua conduta. Isso não é a sua alma imortal; é o substrato material da sua existência terrestre; e você tem certo poder sobre isso, mas não muito. E, em geral, essas dificuldades, essas contradições da sua psique terrestre, o mantém ocupado o tempo todo, e você chama isso de eu, sem lembrar que tudo isso são elementos soltos que você sequer poderia chamar de eu, se não existisse, por baixo deles, um eu mais profundo e permanente.

Eu espero que tudo o que eu esteja falando se torne óbvio sem que eu precise provar. Eu não posso provar nada disso; eu só posso descrever, e espero que as pessoas que ouvem possam observar que é assim mesmo. O que eu estou dizendo não é tudo, mas é sempre assim. É por isso que uma atenção excessiva aos problemas da psique terrestre só pode desviar do que é essencial. E esses problemas constituem quase que a totalidade das nossas preocupações no dia a dia, e eles constituem a substância do juízo moral que nós fazemos de nós mesmos e dos outros.

Somem isso com o que eu estava falando a respeito de sociedade industrial e do advento da convivência despersonalizada — a convivência entre funções — e vocês verão que esses julgamentos morais podem se tornar absolutamente insuportáveis, provocando respostas como a que houve em Esalen, [1:40] do tipo “*nós precisamos romper esse gelo; precisamos nos encontrar, falar; é preciso haver uma convivência entre as almas e não somente entre as funções*”. Mas isto, por sua vez, pode se cristalizar, porque isso não acontece só entre indivíduos: isso acontece socialmente. Portanto, essa reação libertária como houve em Esalen é em seguida absorvida na própria estrutura social, e se traduz em movimentos políticos, em ONGS, em entrelaçamento de poderes etc., e às vezes pode virar um pesadelo maior do que tinha antes. Eu acho que isso de fato aconteceu.

Se você é um sujeito religioso, não se esqueça de que você está “praticando” a sua religião num contexto social e econômico que não é próprio dela, mas que filtra a interpretação que você faz dela. Se você não tiver consciência desse pano de fundo histórico — que não existe só exteriormente, mas que você internalizou — você pode ir parar longe daquilo que é o espírito da sua religião, acreditando que a está praticando muito corretamente. Por exemplo: quando uma pessoa que você conhece peca gravemente, o que você deve fazer com ela? A primeira coisa que você deve fazer é perdoar e deixar que a pessoa seja assim, e considerá-la, na sua integridade de pessoa, como algo que está intacto; e apenas adverti-la do risco espiritual que ela corre. Não fazer desse risco espiritual uma ameaça social. Quando Cristo diz que você deve perdoar o seu irmão, não setenta vezes, mas sete vezes setenta, era isso que ele queria dizer: você vai perdoar o cara 490 vezes, mas, ao mesmo tempo, você estaria falhando gravemente ao seu dever, se você não o advertisse, dizendo: “Olha, isso aí pode ter consequências espirituais terríveis”.

Mas quem está ligando para as consequências espirituais? Digam sinceramente: quando vocês veem um sujeito ladrão, bêbado, adúltero, veado etc., é com a alma imortal dele que vocês estão preocupados, ou é com o incômodo social e estético que ele está causando? E daí você tem aquela reação de horror, e se sente de algum modo superior àquela pessoa. E você está totalmente errado! Isso aí não leva a nada! Isso aí só vai prender você e ele dentro desse jogo das tensões da psique terrestre. Não vai levar a mais nada!

Hoje eu entendo que a substância do amor ao próximo é o perdão. Não é você gostar da pessoa! Não é você apreciar a pessoa! Não é você gostar de estar junto dela! O que é amar a pessoa? Amar a pessoa é ser advogado dela perante do juízo final. É querer que essa pessoa subsista na glória eterna; e você assumir uma certa responsabilidade por isso, como se o futuro dela dependesse de você. Não no sentido de que você vai reformá-la. Você não vai conseguir reformá-la, mas no sentido de que você vai defendê-la. Quando Cristo diz que virá para nos salvar, o que ele vai fazer? Ele vai advogar em nosso favor. A absolvição se chama a *justificação do pecador*: vai colocar dentro de um reino de justiça, a injustiça que o sujeito cometeu. E isso deve ser também a substância do amor humano. Isso aí me parece bastante claro: isso quer dizer que determinadas condutas que nos chocam, enquanto elas nos chocam, não estamos realmente compreendendo o que está em jogo ali; e, sobretudo, não vamos poder cumprir nosso dever com relação àquela pessoa.

Aluno: O senhor diz que a música clássica não serve para colecionar melodias que nos ajudem a compreender a continuidade do nosso ser (...).

Olavo: Eu estou supondo que você está sempre trocando de melodias, então é importante ter uma coleção grande.

Aluno: Quando o senhor explicou o motivo eu achei que fazia sentido, mas, imediatamente, lembrei-me que nem tudo em música clássica é feito de material melódico tão pequeno que só sirva para ser desenvolvido em uma estrutura formal complexa.

Olavo: É claro que não! Tem melodias, na música clássica, que valem por si, evidentemente; você pode até isolá-las. Mas eu acho sinceramente que isso é meio *kitsch*; quer dizer: você pegar um

pedacinho de Bach, isolar da estrutura inteira (que é exatamente o que tem de mais bonito lá) para ficar assobiando aquilo? Tem materiais que existem para isto mesmo: para ser assobiados, para ser cantados... Eu acho que tudo o que a gente chama de música clássica é uma espécie de música de segundo grau; ela é um aprofundamento intelectual da música, das possibilidades matemáticas, estruturais da música. Ela vale por isto, e não pelas melodias; estas são copiadas, frequentemente, da música popular.

Aluno: O senhor citou há algumas aulas uma experiência de psicólogos com crianças pequenas: um coelho A está jogando bola e a deixa cair; o coelho B pega a bola e a devolve para o primeiro coelho. O coelho C joga a bola para mais longe. A totalidade das crianças preferiu o coelho B, o que demonstraria um senso inato do bem e do mal. Sobre isto, eu pensei o seguinte: o coelho que aparece nas duas primeiras fases do experimento é o coelho A e, portanto, é no lugar dele que se põem as crianças. Como se pode concluir, da preferência unânime pelo coelho B, que existe um senso moral inato?

Olavo: Mas é evidente que elas se colocam no lugar do coelho A, porque foi ele o objeto das ações dos dois, e as ações dos outros dois é que estão sendo julgadas. Aqui tem o coelho A que está jogando bola, tem o coelho B que o ajuda, e tem o coelho C que o atrapalha. O ato só pode ser julgado desde o ponto de vista dos efeitos das ações sobre o coelho A. A sua objeção aqui é um *loop* lógico. Você está supondo que para que os atos pudessem ser julgados moralmente seria preciso que ambos os atos não tivessem o mesmo objeto, que é o coelho A. Mas se não tivesse esse objeto, não teria objeto algum; e se não tem objeto algum, como é que você poderia falar do bem e do mal?

Aluno: Não é possível que as pessoas tenham preferido o coelho B simplesmente porque ele é o mais benéfico para o A?

Olavo: Mas é exatamente isto! Entre duas ações que têm o mesmo alvo, o mesmo objeto, e uma do que beneficia, e a outra do que traz dano, você prefere o que beneficia. E é isso justamente o que prova que ele prefere o benefício ao dano; e que elas amam mais aquele que produz benefício do que aquela que produz dano, e isso já é um senso moral inato.

Aluno: O senhor poderia explicar melhor sua afirmação de que o ato sexual implica o contato entre as almas imortais?

Olavo: As almas imortais estão sempre presentes. É claro que elas estão ali em contato porque elas são a verdadeira substância do ser. Ainda que você esteja pensando em outra coisa completamente diferente, e ainda que você não tenha a menor consciência disso, elas ainda estão lá. Assim como a herança genética de cada um: elas estão presentes. Eu estava descrevendo o ato, não como ele aparece na subjetividade humana (que é infinitamente variada), mas tal como ele transcorre na realidade, com todos os elementos que estão presentes; esses elementos estão necessariamente presentes, e em todo ato. São suas almas imortais que estão ali, quer você pense nisso ou não. Não é possível nenhum contato com nenhum ser humano que não envolva sua alma imortal. E, portanto, o ato sexual também. [1:50]

Aluno: É possível que a percepção do eu profundo nos venha de maneira involuntária e súbita em certas ocasiões, sem que sejamos capazes de atinar para o que está acontecendo? (...)

Olavo: Perfeitamente! Eu posso dizer que praticamente nenhuma pessoa viveu sem ter este contato alguma vez na vida. Mas foi exatamente como você disse: veio de maneira involuntária e súbita, sem que você atine para o que está acontecendo.

Aluno: Pergunto isso porque depois da aula 57 passei a recapitular certas experiências que às vezes tenho, e não sei explicar. Basicamente elas costumam ocorrer durante o desempenho de atividades repetitivas, ou em momentos de apatia, e a sensação que provoca é a de um repentino distanciamento das circunstâncias, acompanhado de uma espécie de silêncio mental. A mais marcante dessas experiências me aconteceu na infância, durante um ditado escolar: a certa altura, as palavras ditadas, de tão repetidas, já não eram mais do que sons despidos de significado, e a contemplação prolongada do rosto da professora, que estava perto, produzia efeito análogo na minha visão, como se mesmo os objetos vistos tivessem perdido a sua carga semântica. Lembro que então tive uma percepção bem mais nítida de mim mesmo, e não apenas em intensidade: era como se descobrisse ser outra pessoa. Acompanhava essa percepção, porém, não um sentimento de júbilo, e sim de perplexidade: as coisas ao redor pareciam absurdas, ou no mínimo desnecessárias. A arbitrariedade dos sons que se articulavam em palavras contaminava todo o resto e até a forma humana, e a pele envelhecida da professora (...)

Olavo: Bom, essa não é ainda uma experiência do eu profundo. É apenas uma aparência: uma impressão de distanciamento da circunstância psicofísica presente; e isso ainda não basta. Para você ter a experiência do eu profundo é preciso que você se perceba como poder constitutivo. Como consciência, em primeiro lugar, não só como consciência disto ou daquilo, mas como detentor de um universo imenso de possibilidades de consciência. Você tem um vislumbre do conjunto do que você soube, experimentou e das possibilidades que você tem. E ao mesmo tempo você se experimenta como centro criador, como centro produtor de acontecimentos. É só aí que tem o eu profundo. Quer dizer que esse distanciamento não basta ainda. Às vezes ele pode até te dar uma experiência de vazio, e não se trata disso. Não há nada mais pleno do que a experiência do eu profundo. O mais extraordinário é o seguinte: a experiência do eu profundo não é desligada do mundo exterior, ela abrange o mundo exterior. Você não está desatendo ao que se passa; você não está desligado; você não está lá fechado. Não é isto. Inclusive o teu senso de participação na realidade física até se intensifica, só que ele passa a ser um pedacinho. Na verdade é uma mudança de foco. Normalmente nós temos a ideia de nós mesmos como alguém que está recebendo estímulos; de alguém que está dentro de uma situação. De repente, você percebe que a situação está dentro de você e que o plano da sua alma imortal é imensamente maior do que essa situação, ou de qualquer outra. Então você não desliga totalmente dessa situação. De modo que isso que você sentiu foi ainda apenas um distanciamento. Mas já é alguma coisa.

Aluno: Será que essa experiência poderia ser explicada pela percepção de um vago pressentimento do eu profundo?

Olavo: É um vago pressentimento. Se houve essa experiência de distanciamento, então você apenas pressentiu que além da situação física presente há um algo mais que está colocado em outro plano de realidade; mas se não houve esse sentimento de abrangência e sim o sentimento de distanciamento, então ainda é uma coisa parcial; é uma coisa separativa. O mero não pensar, ou não se envolver pelas sensações presentes, não é o suficiente. É preciso que você envolva as situações presentes; que você entenda que o que você está vivenciando agora, fisicamente, é parte do seu mundo; não é que você é parte daquele mundo. O seu corpo, sim, é parte da situação externa. O seu corpo está dentro da situação externa, mas você não está. Nenhuma situação externa pode abranger você, mesmo porque, lembre-se do seguinte: você está vivenciando esta situação agora com toda memória que você já tem do passado, com todas as experiências desenvolvidas ao longo do tempo, com todos potenciais desenvolvidos ao longo do tempo. Você é tudo isso! Qualquer situação presente envolve o seu corpo, mas não envolve você inteiro. Essa expressão “experiência do eu profundo” é uma metáfora: na verdade não é um “eu profundo”: o profundo e o superficial só existem fisicamente, espacialmente. Então, até a expressão “eu profundo” é apenas uma metáfora. É como se fosse o eu maior; uma consciência maior; onde cabe tudo o que está acontecendo, e mais tudo o que aconteceu, e mais tudo o que pode acontecer: isto é você. Na verdade, não é difícil você ter consciência disso: é só você deixar acontecer.

Mas, por incrível que pareça, embora essa experiência seja tremendamente reconfortante e benéfica, as pessoas têm medo disso; elas têm medo da loucura, porque essa noção de normalidade, de sanidade, como identificada apenas com aquilo que é administrativamente reconhecido como o cotidiano normal é uma das camisas de força mais brutais e perversas que foram impostas ao ser humano pela modernidade. Praticamente todo mundo antes da modernidade estava livre disso. Veja, por exemplo, a naturalidade com que, até na Idade Média, ou entre qualquer tribo de índio, as pessoas falam de anjos e demônios que elas viram como se fosse uma coisa cotidiana. Estão acostumadas com a experiência de um círculo de experiência muito maior e nem por isso ficam loucas. Mas hoje em dia eu conheço pessoas que tiveram uma premonição e acham que por isso podem ficar loucas; ficam aterrorizadas, acham que ficaram loucas, só por causa disso. Quer dizer: a visão que o ser humano tem de si mesmo foi barbaramente comprimida, espremida e desumanizada (as pessoas estão vivendo muito abaixo do que o ser humano pode), e é por isso mesmo que surgem coisas como o movimento do potencial humano. Em outras épocas, quando a sociedade não era tão organizada, não era tão administrada, onde os papéis sociais não estavam tão definidos burocraticamente, juridicamente, as pessoas tinham essa experiência o tempo todo e não ficavam assustadas por causa disso.

Uma vez eu li uma coisa (não lembro onde eu li, mas achei um negócio espetacular). O sujeito dizia: “Existem mais depoimentos de pessoas que viram o demônio do que de pessoas que viram qualquer outra pessoa”. Existem mais testemunhos da existência do demônio do que testemunhos da existência de qualquer pessoa na face da Terra. Isso é verdade! Bom, e Jesus e Nossa Senhora? Tem mais gente que viu Jesus Cristo e Nossa Senhora do que pessoas que viram qualquer outra pessoa! Isto faz parte do mundo humano! Agora, se nós acreditamos que somente aquelas visões e percepções que correspondem à nossa posição social determinada dentro da estrutura econômica

são normais, então nós mesmos nos transformamos em bichinhos, nós mesmos nos separamos da nossa alma imortal, e depois nós vamos reclamar.

É claro que essa abertura modifica todo o seu senso de moralidade. Por exemplo: você passa a julgar as coisas num outro plano, não de moralidade material (de que tal coisa assim é errada, tal coisa é feia etc.); não! Mas pelas implicações eternas. Você sonda os motivos que a sua alma imortal teve para escolher isso ou escolher aquilo e você vê que a coisa é de uma gravidade imensa, uma gravidade, por assim dizer, eterna. Então, desse ponto de vista, [2:00] você como que deixa de ser um súdito e passa a ser um governante; um rei do seu universo, com toda a responsabilidade. Pior: a partir desse momento não há mais ninguém acima de você a não ser Deus. Ninguém mais manda em você. Ninguém mais pode protegê-lo. Ninguém mais pode ajudá-lo. É Deus no Céu e você na Terra. E esta é a condição humana real! Existem pessoas que podem dizer assim: “não, mas enquanto nós somos crianças, ou então, simbolicamente, dentro de uma regra de jogo social que é válida num momento e não é no outro...” Mas, a rigor, todo ser humano é um poder autônomo acima do qual só existe Deus. Não tem mais nada. Esse “acima” – eu ainda continuo usando a imagem espacial, vocês vejam que coisa! – desculpe a expressão, mas é um “acima” que está “dentro”. É algo que é dentro de você, mas que é superior a você, ao mesmo tempo. Então, as imagens espaciais são metáforas, apenas. Mas eu tenho certeza de que cada um aqui está sabendo do que eu estou falando.

Aluno: Eu tentei criar um tópico no fórum, mas não tive sucesso. Digitei todo o conteúdo, apertei o botão para o tópico ser criado, mas quando olhei na lista dos tópicos, ele não estava lá (...)

Olavo: Isto também já me aconteceu.

Aluno: (...) Tem algum truque? (...)

Olavo: Não sei. Escreva para silviogrimaldo@gmail.com. Ele deve saber.

Aluno: (...) No tópico, eu propunha que os alunos citassem as melhores edições e traduções de qualquer obra que tenham lido, fazendo uma espécie de banco de dados. A minha motivação foi após ler o capítulo de Carpeaux sobre literatura grega. Fiz a minha lista de livros e quando fui à procura, que desastre! Não sabia qual edição era a melhor e mais confiável, sem contar que algumas obras que anotei não possuem tradução ou são bem raras. Detalhe: sou aluno da Unicamp e a biblioteca lá é bem grande, mas cheia de porcarias. Aliás, achei muito interessante que Carpeaux cita autores de referências que o senhor também menciona, como Eduard Meyer e Paul Friedlander. Já quando fui perguntar ao professor da minha namorada sobre a obra de Eduard Meyer, a resposta foi memorável: “Eduard quem?”

Olavo: Então, veja: desde o início do curso eu enfatizei a grande utilidade de você fazer bibliografias, não de tudo o que você vai ler na sua vida, mas de tudo o que você leria se você tivesse um tempo ilimitado. Você saber quais foram as obras fundamentais em cada área do conhecimento, em todas as épocas; você ter a noção da sequência cronológica; isto é fundamental ainda que você não leia nenhum desses livros. Dos livros que você botar na lista, você vai ler um milésimo, se tanto. Mas você vai saber que os outros existem; como eles estão colocados em relação

àquele que você está lendo. Ou seja, a bibliografia e a cronologia são a estrutura de todo o nosso estudo. Por exemplo: quando a gente fala *status quaestionis*. O que é *status quaestionis*? É a sequencia das discussões que houve ao longo do tempo acerca de um determinado tópico. Sem a cronologia, como é que você vai fazer isso? Se você não sabe, por exemplo, qual a data original de publicação de um determinado trabalho, você só sabe a data da última edição, você está deslocado no tempo. Às vezes a data de publicação também não diz muita coisa porque um texto pode ter sido escrito no século XVIII e publicado dois séculos depois. Isso aconteceu com vários escritos de Leibniz: só apareceram no século XX, mas ele já tinha pensado tudo aquilo no século XVIII. Então, você ter a cronologia real das coisas é muito importante.

E essa questão das várias traduções. Por exemplo: existem certos livros cuja história das suas traduções já é todo um drama peculiar. Você vê as traduções da Bíblia! Se você lê a história das traduções da Bíblia, das suas múltiplas divergências, das disputas teológicas etc., é um drama inabarcável. Então, aí você adquire uma noção, ou pelo menos um sentimento, de até que ponto nós, nesses estudos, dependemos da confiabilidade de outras pessoas. É muito fácil você falar mal do argumento de autoridade – e, de fato, Santo Tomás de Aquino tem razão quando ele diz que o argumento de autoridade é o mais fraco dos argumentos. Porém, como posso eu confiar numa tradução se eu não conheço as outras e eu não sei as críticas que foram feitas a esta? Eu vou ter de confiar na autoridade daquele sujeito até segunda ordem. Então, isso aí não tem uma solução definitiva. Você vai passar o resto da sua vida com esse drama, sempre procurando aprimorar. Em alguns casos, não é tão difícil você resolver. Por exemplo: você pega as obras de Platão e Aristóteles. Há certo número de edições que se tornaram, por assim dizer, padronizadas. E as novas edições que são feitas, geralmente se baseiam naquelas. Por exemplo: a famosa edição do texto de Platão e Aristóteles pela Academia de Berlim — que, até hoje, você pode comprar se quiser; custam os olhos da cara! Mas supõe-se que as demais edições se basearam naquele texto, porque estava muito bem feito; então, marcou uma época. Bom, mas e se o texto da Academia de Berlim estiver errado? Aí, meu filho, ferrou. Você veja: eu tenho um amigo que mora há dezoito anos na China, é um membro da Academia Chinesa de Ciências e ele fez um estudo sobre o livro mais antigo da medicina chinesa, que se chama “O Livro do Imperador Amarelo”, e descobriu que tem erros de transcrição e de tradução daquilo que se consagrara no tempo há mais de 12 séculos. O cara nem é chinês; é um brasileiro. É claro que quando ele mostrou isso as pessoas ficaram escandalizadas. Tanto que durante oito anos ele tentou apresentar a tese dele e as pessoas não deixavam. No fim, deixaram e tiveram de dar nota máxima para ele. Fazer o quê? “Lamentavelmente, o sujeito tem razão” — é o que disseram. Então, isso aí pode acontecer em qualquer texto. Mas não espere ter a solução disto. Você vivenciar este problema é uma das coisas apaixonantes da vida de estudos, porque você vai ter de novo, e de novo, e de novo a experiência da fragilidade da vida humana; a experiência da incerteza e a experiência da necessidade desesperada que os seres humanos têm de se ajudar uns aos outros para poder chegar a alguma coisa.

Aluno: Qual o seu segredo para descobrir essas preciosidades country? É só escutar qualquer uma de suas seleções para se perceber o que há nelas de conteúdo humano real. Compare isso à música popular brasileira, que crescemos ouvindo, ou ao rock de Pink Floyd e Led Zeppelin, ou aos que

estão na moda hoje. Estes só fazem clichês e poses vazias, quando não aberrações abertamente satanistas, enquanto o country, que é considerado coisa de jeca, fala do mundo como ele é.

Olavo: Bom, em grande parte eu tive sorte nesta busca. Quando algumas composições me agradavam, então havia uma pergunta que eu fazia: “bom, se essa pessoa fez uma música boa, ela deve ter tido um parceiro que também fazia, então vamos ver com quem que esse indivíduo fazia shows. Talvez a gente descubra outro, e outro, e outro.” Mas o fundamental é você ter dentro de si muito claro o sentimento do que você está buscando. Justamente esses valores morais e emocionais da coisa. Eu sei o que eu estou procurando! Expressando grosseiramente em palavras, eu queria experiências que, de certo modo, enobressem o ser humano mesmo quando o veem nos seus momentos de sofrimento, depressão, perda etc. Eu não queria algo que me jogasse ainda mais para baixo do que eu já estou; não queria algo que me desumanizasse. Então, se você está atento a este sentimento, você começa a ouvir uma música e em dez segundos você percebe se ela vai te dar isso ou não. Você não imagina a quantidade de porcaria que eu tive de começar a ouvir. Não ouvi nenhuma até o fim. Eu ouvia dez segundo e dizia: “Não, não é isso. Não, não é isso. Não, não é isso.” Até que enfim chegava a alguma coisa. E tem muito mais. Tem centenas. Isso vai aparecer com o tempo.

Alguém aqui me pergunta se eu posso fazer uma seleção semelhante de música popular brasileira. Impossível, pela simples razão: no Brasil, existem músicas maravilhosas, canções maravilhosas, mas você não tem uma interpretação que preste. É uma coisa devastadora. Quando tem interpretação boa, geralmente foi feita no exterior. Por exemplo: recomendo fortemente para vocês as canções de Alberto Costa, que foram gravadas pela sua sobrinha, Bidu Sayão. Bidu Sayão foi uma das grandes sopranos do século XX; tem uma estátua dela no Metropolitan. Alberto Costa era tio dela; ela foi lá e gravou umas canções do Alberto Costa. E, no Brasil, ninguém sabe quem é. Então, você pega uma intérprete maravilhosa, a mais qualificada do mundo, dá uma bela canção para ela e sai alguma coisa que preste. Agora, se você pega as nossas canções folclóricas, você não encontra interpretações senão grosseiras, verdadeiramente amadorísticas. Quase todas elas. Você pega, por exemplo, no Brasil, um fenômeno que se chamou Francisco Alves. Foi um grande cantor. Mas acontece que aqui nos Estados Unidos tem milhões de Francisco Alves. É normal ser o Francisco Alves. Agora, no Brasil não. No Brasil, o normal é ser o João Gilberto ou ser o Caetano Veloso. É claro que é uma coisa doente. Lá se eles arrumam um sujeito que tem voz, ele tem voz, mas não sabe cantar. Então, fica uma interpretação exagerada, grotesca. Daí o sujeito ouve aquilo, fica com vergonha e fala: “ah, não, não pode ser assim. Então, nós temos de fazer o contrário. Temos de cantar sem voz: baixinho, desafinado.” Mas tudo isso é neurose! Você tem de pegar um sujeito que tem voz e ensinar ele a cantar! Botar numa escola, treinar. Olha: eu li dois ou três livros sobre a arte do canto. Eu sei mais sobre a arte do canto do que qualquer cantor brasileiro no momento. Isso não quer dizer que eu seja um cantor, mas eu sei o que é cantar. E eu sei, por exemplo, que esse pessoal não sabe. Eles não têm a menor ideia! Agora, se o sujeito decide aprender a cantar, “bom, eu vou a uma escola, vou aprender direitinho etc.”, ele acaba cantando no exterior, como aconteceu com o Paulo Szot. Paulo Szot, se fosse cantar no Brasil, ele ia morrer de fome. Chega aqui, botam ele na Broadway, ele fica dois anos cantando na Broadway, enche os bolsos de dinheiro e depois, naturalmente, vai dizer que ama o Brasil. Esse pessoal ama o Brasil por

masoquismo. Apanha, apanha, apanha, apanha e diz: “tenho orgulho de ser brasileiro”. O próprio Paulo Szot falou que, se fosse no Brasil, jamais teria chance. Então, ele foi estudar na Polônia, que é a terra da família dele e, depois, veio cantar aqui. Acho que ele está cantando, está dando espetáculo ainda. Então, é assim: Paulo Szot, Bidu Sayão, os melhores saem. O Brasil tem um compositor maravilhoso chamado Oscar Castro Neves. Onde o Oscar fez a carreira dele? Aqui! E assim por diante.

No Brasil, a única interpretação boa de música que eu ouvi do Oscar Castro Neves foi da Alaíde Costa. Mas Alaíde Costa não fazia propriamente uma interpretação; fazia um arranjo meio jazzístico da coisa. Bom, arranjos jazzísticos são um produto de segundo grau. Então, se você procurar das músicas do Oscar Castro Neves uma interpretação primeira e original, literal, não tem. Tem o arranjo. Tem outro compositor excelente, o Luís Vieira. O problema do Luís Vieira é que ele cantava. O Vinícius de Moraes tem belas músicas. Mas o desgraçado cantava! Deviam prendê-lo por causa disso! Então, você procura uma interpretação boa, não tem. Então, não consigo fazer a lista. Já tentei várias vezes fazer a lista, mas cada uma me dava vergonha. Tem uma canção que se chama “O Luar do Sertão”, que todo mundo conhece. É uma canção perfeitamente apresentável, tão boa quanto a do country. Procura uma interpretação decente. Não tem. Então, está na hora de começar a criar cantores no Brasil, demitir todos esses.

Aluno: É talvez um dos principais compromissos exigidos pelo senhor no Seminário de Filosofia o voto de silêncio (...)

Olavo: Não é voto de silêncio. Voto de silêncio quem exigia era o pessoal dos Legionários de Cristo. Voto de segredo. Aqui não tem segredo nem silêncio. É o que eu chamo de voto de pobreza em matéria de opinião: tenha opinião sobre poucas coisas e, de preferência, não as diga.

Aluno: (...) hoje eu leio as bobagens que eu pensava e ousei publicar e me deparo com todos os sintomas cognitivos apontados durante as aulas próprias da cultura brasileira contemporânea, com a boa dose de dislexia acadêmica.

Olavo: Você pode ter certeza de que eu tenho a mesma experiência. Eu leio as coisas que eu publiquei na minha juventude, eu de vez em quando crio coragem, leio aquelas coisas e fico horrorizado. Então, graças a Deus eu tive esse bom senso de só começar a publicar livro depois dos quarenta e cinco anos. Outra coisa: ele está se colocando à disposição... Eu tinha sugerido a ideia de colocar um historiador russo com o qual eu já tinha entrado em contato através do Nelson Lema da Silva, que o Nelson se prontificava a procurá-lo e se a gente desse um dinheiro a ele, ele podia se enfiar lá nos arquivos do Partido Comunista e fazia as pesquisas sobre a relação da KGB com o Brasil. Eu procurei alguém que subsidiasse isso durante anos, não consegui ninguém. Aqui, o Silvério está se propondo até fazer isso. Eu vou procurar o Nelson Lema e botar em contato com você para isso. Obrigado.

Aluno: Foi chocante para mim, ouvir o senhor dizer que o Brasil teve uma cristianização superficial. Minha compreensão era contrária: o Brasil era profundamente cristão e vem perdendo isso nas últimas décadas.

Olavo: Bom, você acha que era profundamente cristão em contraste com o que você está vendo agora. Mas pergunto a você: em cinco séculos de cristianismo no “maior país cristão do universo”, quantos santos se produziram no Brasil? Vá ao Peru: o Peru tem uma meia dúzia. O México também. O Brasil não tem. Você pega as obras do João Camilo de Oliveira Torres, e algumas do Gilberto Freire, e você vai ver até que ponto a nossa cristianização foi superficial, sobretudo graças à atuação do Império. Tem muito pessoal monarquista que tem saudades do Império, que acha que era uma maravilha. Bom, sob certos aspectos foi uma maravilha mesmo. Pelo menos, ninguém metia a mão no dinheiro público, eram pessoas de real boa intenção e altíssimo nível intelectual. Mas tinha isso: o Império atrapalhou muito a atuação da Igreja no Brasil. Cortou as pernas da Igreja. O Brasil que tinha sido formado, quando colônia, pela ordem jesuíta, ficou um século sem expansão da Igreja. Isso é grave!

Aluno: Muito me alegra ter terminado a leitura da segunda aula do seu curso de filosofia. Suas aulas têm suscitado muitas reflexões. Pude compreender melhor seu livro “Aristóteles em Nova Perspectiva” a partir dessa aula. Quero agora retornar ao seu livro, para nova leitura. Realmente, há muito esperava esse momento de me aprofundar no universo olaviano. Bem, enviei o necrológio e procurei também a Gramática Latina do Professor Napoleão Mendes de Almeida. Como disse, sou um professor em área indígena, e lá na aldeia não há internet. Então, estarei fora por um mês. Sei que o senhor é muito atarefado e estive pensando se haveria alguma indicação, de sua parte, de alguém com quem eu pudesse estar compartilhando as reflexões e dúvidas que surgem enquanto leio as aulas. Alguém que estivesse na sua equipe, mesmo alunos, mas com quem eu pudesse estar compartilhando as impressões de leituras do seu trabalho. Deixei o meu e-mail no fórum na área de apresentação. Como nenhum outro aluno entrou em contato, acabo por me sentir um tanto quanto isolado.

Olavo: Olha, gente, isso é importante. Isto aqui é um apelo dramático. Procurem lá: Wanderley Dantas. [02:20] Se o homem não tem internet, só pode ter acesso à Internet de vez em quando, então é muito importante que estejam em contato com ele. Fica aí o apelo. Não deixa o homem sozinho não, que isolamento enlouquece.

Aluno: O esforço de Viktor Frankl de expressão da experiência de viver no campo de concentração, que culmina com a formulação da logoterapia, percorre as quatro etapas, cada uma delas referente a um discurso, do poético ao analítico?

Olavo: Sem sombra de dúvida! Porque, em primeiro lugar, você tem o simples elemento narrativo. Do elemento narrativo saem várias possibilidades antagônicas de interpretação que ele elabora dialeticamente e termina criando a logoterapia. Você vê ali a sequencia inteira dos quatro discursos desde a experiência real até as suas conclusões últimas.

Aqui há uma pergunta de um cidadão cujo nome eu não vou ler porque ele está falando da sua vida sexual. Não vamos divulgar.

Aluno: Estive refletindo, baseado nas minhas experiências sobre o sexo e percebi algo que eu já havia notado, mas não sei por que isto escapou da minha memória: passado o ato sexual, parece que aquela pessoa – minha esposa – não parece ser a mesma pessoa que teve a relação comigo.

Como se fossem duas pessoas diferentes. Não sei explicar. Mas parecia que eu amava com muito mais intensidade aquela pessoa que estava comigo durante o ato sexual. Será que fiz confusão?

Olavo: Não! É exatamente assim! Porque, primeiro, naquele momento, você estava tentando conectar a pessoa real, não através das suas opiniões, não através dos seus hábitos, mas através da aceitação e assimilação total. Então, é claro que você a via como a beleza física dela; e neste momento transparece algo da alma imortal e se torna infinitamente mais bela. Isso é inevitável que aconteça. E, se não fosse isso, ato sexual para quê? Se for para ver a mesma coisa que estou vendo todo dia?! Então, tem isso. Agora, digo o seguinte: passou o ato sexual, agora você sabe quem é aquela mulher e você sabe que ela não é só aquela que você está vendo no cotidiano. Então, o que você tem de fazer? Você tem de defender esta porque você sabe que ela é algo mais do que você está vendo. Está entendendo?

Isto é tudo por hoje. Até a semana que vem e muito obrigado. [2:21:49]

Transcritores: Leonardo Torres, Luiz Felipe Adurens Cordeiro, Vinícius de Oliveira.
Revisor: Eduardo Garcia de Queiroz.